

O eurocomunismo e o compromisso democrático

A. B. COTRIM NETO

Professor Titular da UFRJ

1. O "eurocomunismo" — um cisma ou cavalo de Tróia?
2. A eclosão do eurocomunismo — 1976
3. Berlinguer o formaliza
4. O Pensamento de Gramsci (neomarxista?) — gérmen do eurocomunismo na Itália
5. Marchais e o eurocomunismo na França — "bebe-se com o copo que se tem..."
6. Santiago Carrillo — eurocomunista ou neomarxista?
7. Uma colcha de retalhos ideológicos
8. A "desrusificação" dos PCs do Ocidente não garante o compromisso democrático
9. Os PCs do eurocomunismo — "cavalo de Tróia"...

"Numa perspectiva ético-política, pois, o gramscismo deve ser considerado como o verdadeiro vencedor ideológico do fascismo, e um perigoso e atual contestante do catolicismo. O PCI, havendo praticado ao pé da letra a estratégia de Gramsci, tem buscado, primeiramente, a hegemonia cultural e, uma vez alcançada esta, trata agora de assegurar-se a hegemonia política (...). Por isso, ele soube adotar a tempo a linha aberta, suscetível de evoluir num sentido social-democrático, aparentemente disposto a abandonar seus prejuízos anti-religiosos, para autotitular-se paladino e defensor à-outrance das autonomias nacionais, propulsor da cultura e promotor decidido das liberdades democráticas e direitos da pessoa humana" (ANGEL GARCIA, em *El Eurocomunismo*, págs. 54/55).

1. O dogmatismo da doutrina e a adesão incondicional dos militantes constituem a originalidade e a força expansionista do comunismo; este é inferior, no plano doutrinário, às ideologias abertas e progressistas, mas lhes é superior para quem está à procura de uma fé: ao intelectual que não mais se sente ligado a nada, não se contenta com opiniões — quer uma certeza, um sistema que a revolução lhe proporcionará — isto traz-lhe seu ópio. — Assim escreveu RAYMOND ARON, num trecho de sua obra intitulada **O Ópio dos Intelectuais** (1).

Exatamente pela compulsão psicológica exercida sobre seus membros é que os partidos comunistas se destacam das ordinárias associações políticas, cujos filiados quase que se limitam ao pagamento de contribuições e a uma frouxa militância. Ainda mais, pelo fato do dogmatismo doutrinário que transforma o comunista num **crente**, se nos países onde o partido tem vida inoficial, de certo modo marginal, as filiações são escassas, em compensação, raras são também as desistências. Nessas condições, problemas como os causados pelo titoísmo — realmente uma opção contrária aos dogmas proclamados por Moscou em certo tempo histórico, uma **hairesis** enfim —, chocantes que sejam, não são freqüentes: todavia, embora igualmente raro, de maior incidência é o caso de afastamento da congregação pelo despreço para com o comando, um **schisma**. Se por heresia foi condenado Tito, os pregoeiros do chamado “eurocomunismo” preferem apresentar-se como meramente cismáticos.

No entanto, em que pese ao esforço que esses “euros” desenvolvem para não serem cridos como éxules da tribo política do marxismo-leninismo, nem sempre neles confiam seus críticos.

Assim é que, se por vezes o eurocomunismo tem recebido passaporte para a competição democrática da luta pelo poder, outras tantas ele se vê increpado de cavalo de Tróia depositado nos umbrais da democracia pelo comunismo internacional...

2. Numa tarde parisiense, na Porta de Pantin, uma cinzenta periferia operária da capital francesa, dia 3 de junho de 1976, era ocasião de grande concentração organizada por Georges Marchais, tendo o líder comunista italiano Enrico Berlinguer como hóspede de honra: havia mais de cem mil pessoas, não só trabalhadores franceses mas — conta o jornal “L’Unità”, do PCI — também italianos e espanhóis de antiga e de nova emigração, “um **universo** de gerações e de histórias diversas e convergentes”. Marchais exaltou o “socialismo com as cores da França”, num repúdio efetivo do modelo soviético e das democracias populares. Em síntese, é o empenho no respeito das liberdades de pensamento e de expressão, de associação e de imprensa e de circulação, do pluralismo cultural e político, da alternância democrática no poder.

Na oportunidade proclamou Georges Marchais, “o socialismo não é possível no Ocidente, fora da via democrática”. Mas isso não é só, acrescentaria Berlinguer: e repetirá em Madrid, a 1º de março de 1977 — numa

reunião de cúpula com Marchais e com o espanhol Santiago Carrillo —, o objetivo dos comunistas italianos é dar corpo a uma aliança efetiva e a uma solidariedade ideológico-política com os demais partidos comunistas do Ocidente europeu, eis que, sozinho, o partido italiano estaria demasiadamente exposto à pressão do bloco oriental; e, sobretudo, advertia, do isolamento resultaria o perigo de o PCI deixar cair no “nacional-comunismo” o programa da “via nacional” durante tanto tempo (e dramaticamente) elaborado. A propósito desse tema, Berlinguer viria a dizer ao comentarista Jean Pierre El Kabach, da Rádio de França, que seu mais importante objetivo é aquele de “encontrar os pontos de analogia capazes de permitir delinear um caminho comum” (para os PCs ocidentais).

Até então, contudo, não se havia empregado o nome “eurocomunismo”, um neologismo que Santiago Carrillo teria sido o primeiro dirigente comunista a utilizar, de modo explícito, o que fez em outubro de 1975, durante conversa informal com vários jornalistas europeus e, mais tarde, em novembro do mesmo ano, numa entrevista concedida a Aldo Rizzo, para **La Stampa**: “Eu”, declarou, então, Carrillo, “limitei-me a recolher aquilo que parece ter nascido por geração espontânea. De qualquer modo, o eurocomunismo fascina-me”.

Desse modo que resumimos é como M. Cesarini Sforza e Enrico Nassi descrevem a eclosão de tal movimento que, embora sem ter ido — até o presente — além da Itália, da França e da Espanha, tanta repercussão vem tendo no meio político do Ocidente, especialmente na Europa (2).

Alguns, porém, atribuem a criação do neologismo a Zbigniew Brzezinski, assistente do antigo Presidente Carter, dos Estados Unidos, e um dos maiores técnicos americanos sobre o movimento comunista da Europa. Com efeito, em torno de 1975 Brzezinski falou de eurocomunismo: todavia, muitos contestam-lhe a primazia, a exemplo dos ingleses do **Times**, dos franceses do **Le Monde** e dos italianos do **Corriere della Sera**.

Não obstante, o primeiro que usou o termo eurocomunismo na Itália, para identificar certa posição política, foi Alberto Ronchey, em editorial escrito para o **Corriere della Sera**, que precedeu **Il Mondo** e, de poucos dias, o filósofo católico AUGUSTO DEL NOCE. O nome, porém, já tinha circulação restrita nos meios políticos romanos, havendo quem atribua sua difusão ao ex-secretário do Partido Socialista que se elegeu senador em lista do Partido Comunista Italiano, Lelio Basso (3).

Igualmente é interessante destacar o que Sforza e Nassi falam sobre os pródromos dos fatos que provocaram o rompimento da dependência do PCI em face do PCUS, ou de qualquer órgão da União Soviética: o eurocomunismo, por ora, é o produto de uma dramática série de **estados de necessidade** (o processo de Stalin, em 1956; insurreição húngara e revolta de Poznan, na Polônia; a ruptura entre Moscou e Pequim, precedida por longos anos de incidentes armados ao longo da indefinida fronteira siberiana; e ainda — a “Primavera de Praga”, em 1968, esmagada pela intervenção militar soviética; os novos motins poloneses, em Stettin e Dantzig; a repres-

são das dissidências internas, nos países do Leste europeu). Esses fatos teriam colocado os partidos comunistas ocidentais diante da necessidade de se caracterizarem — para se distinguirem dos modelos do Oriente europeu — reivindicando autonomia e originalidade e adotando as tradições e o pensamento nacionais na fecundação de seus procedimentos. Neste sentido é de se aceitar, também, o pronunciamento feito em 1976 pelo presidente dos comunistas suecos, Lars Werner, quando falou que o “eurocomunismo, no Ocidente, tem raízes antigas e profundas: cada partido tem no seu próprio patrimônio cultural homens como Gramsci ou Togliatti, na Itália, os quais já debateram os problemas da autonomia das vias nacionais para o socialismo, das relações entre democracia e socialismo: ninguém mais do que esses homens, todos em conjunto, é pioneiro da reviravolta por nós vivida, e que, honestamente, ninguém pode prever aonde conduzirá. No entanto, ninguém poderá negar que vós, os italianos, fostes os primeiros que reconheceram o eurocomunismo, um efeito-avalanche” (SFORZA e NASSI, ob. cit., pág. 21).

3. No dia 11 de junho de 1969, Berlinguer proferiu uma oração, diante dos participantes da Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários que, então, reuniam-se em Moscou. Na oportunidade, o líder italiano proclamou: “Rechaçamos a idéia de que possa existir um modelo de sociedade socialista único e válido para todas as situações. Não se trata apenas de particularidades nacionais que deveriam ser acrescentadas às leis gerais do desenvolvimento da sociedade socialista. Em verdade, as leis gerais do desenvolvimento da sociedade socialista, os interesses essenciais e universais da revolução socialista, não existem jamais em estado puro, porque sempre, e só, em realidades particulares, historicamente determinadas e irrepetíveis. Contrapor estes dois aspectos é esquemático e escolástico e significa negar a própria essência do marxismo” (BERLINGUER, na sua obra *La Cuestión Comunista*, pág. 55).

Não teria sido, essa, a primeira vez que Berlinguer ensaiava reclamos ou proclamas capazes de conduzir àquilo que dissidentes ou cismáticos ou mesmo ortodoxos comunistas sempre procuraram extrair do pensamento marxista, com referência à pluralidade dos caminhos que levam ao “socialismo”: nesse mesmo ano de 1969, relatando as conclusões de certa discussão sobre um tema da Ordem do Dia do XII Congresso do Partido Comunista Italiano, no dia 15 de fevereiro, já Berlinguer fizera afirmações consoantes, embora tivesse, na oportunidade, expressado sua repulsa às idéias contrárias ao internacionalismo e antisoviéticas, porque quem as exprimisse estaria — segundo ele — capitulando ante a social-democracia e contribuindo para a extinção das perspectivas revolucionárias.

Mas isso, que seguia uma via devassada por Gramsci como perlustrada por Togliatti — o primeiro dos quais foi, desde há cerca de sessenta anos, dos mais perfulgentes pensadores da esquerda italiana, antes e durante o fascismo — isso não era, ainda, o eurocomunismo. Este, de modo completo e com todas as características de um método da ação política, de uma *tática*, palavra tão cara para os bolchevistas de geração anterior, só seria enunciado por volta da década seguinte, em torno dos anos 75 ou 76.

A primeira manifesta declaração do propósito de seguir uma linha política desvinculada de Moscou ocorreu, como vimos, no comício que Berlinguer e Marchais realizaram na Porta Pantin, em Paris. Contudo, acreditamos que a primeira vez em que o italiano se pronunciou, incisivamente, viria a acontecer na entrevista por ele concedida ao periódico **Reppublica**, de Roma, e publicada em edição de 8 de junho de 1976. Na ocasião, respondendo à indagação do entrevistador — por que a União Soviética tem sido tão crítica e contundente contra a chamada “via italiana” para o comunismo? — Berlinguer declarou:

“Não houve nenhuma posição explícita do PCUS contra nossa linha. Através de uma série de escritos e discursos, alguns expoentes do PCUS têm manifestado perplexidades e reservas com pertinência a alguns aspectos da tese que nós sustentamos, por exemplo, sobre o pluralismo. Devo dizer, porém, que, pelo respeito devido à autonomia de cada partido, é legítimo um debate sobre temas como este. Não obstante, tais reservas são compreensíveis porque aquilo que nós dizemos é novo e distinto de tudo o que eles conhecem. De qualquer modo, nós vamos pelo nosso caminho, e espero que os trabalhadores italianos dêem-nos seu estímulo, reforçando nossas posições.”

E adiante, a outra indagação do jornalista sobre se não haveria o risco de, com o eurocomunismo, o partido italiano afastar-se demasiado das “experiências da URSS e dos outros países do Leste europeu”, e ficar isolado, Berlinguer respondeu:

“Todo o nosso esforço, sem embargo, e desde faz vários anos, está dirigido para o trânsito dos mitos para a racionalidade. Durante um certo tempo existiu o mito dos países socialistas, mas nós temos trabalhado, há anos e com crescente êxito, para traçar a nossa própria perspectiva. Para dar um exemplo: os trabalhadores italianos têm legítimo sentimento de simpatia pela União Soviética e não compartilham as idéias políticas de Soljenitsin, conquanto não aceitem que os livros deste sejam proibidos na União Soviética” (*La Cuestión Comunista*, cit., pág. 328).

E aqui, efetivamente, tratava-se da formalização do eurocomunismo, tanto pela autoridade de quem falava como pela maneira com que o tema era apresentado e, finalmente, pela herança cultural que propiciara sua eclosão.

4. O Partido Comunista Italiano, na posição que assumiu, ao deslocar-se da sujeição reverencial ao partido moscovita, realmente estava dando aplicação ao pensamento de seu mais respeitável corifeu ideológico, Antonio Gramsci. De fato, este autor, que foi contemporâneo de Lenine, em cujas fontes teóricas até chegou a inspirar-se, a bem dizer foi um atualizador, quiçá um reformador do pensamento marxista.

Numa reunião de apreciáveis estudos de interpretação da sociedade contemporânea, especialmente da italiana, em perspectiva histórico-mate-

rialista, Gramsci — embora aceitando a tese marxista de que o Estado é apanágio de uma classe, da burguesia, que o instrumentou de certa aparelhagem (polícia, exército etc.) a fim de garantir o sistema — desenvolve sua ideia particular: é certo que o pensamento do homem constitui-se num produto dos estímulos advindos da infra-estrutura econômica; contudo, o **aparelho** do Estado, a partir de certo momento, passa a manter-se por si mesmo, ainda quando muda a classe no poder, dessa forma resistindo, na superestrutura, à pressão das forças produtivas. Daí o autor de **Cadernos do Cárcere** (4) passou a construir a teoria que chamou da “hegemonia”, com a qual procurou dar explicação para o êxito contínuo do encastelamento da burguesia no poder e da eficácia de sua resistência à revolução proletária. Na sociedade capitalista, ainda, escreveu ele, a classe econômica dominante desempenha sua ação coercitiva através do Estado e do aparelho governamental: no entanto, só isso não explica o controle que essa classe exerce sobre a coletividade, porque, ao lado da ação coercitiva, nos planos puramente político e repressivo, a burguesia, a classe dominante, exerce ação **hegemônica** nos planos social, cultural e moral.

A **hegemonia** da burguesia, portanto, apóia-se essencialmente na **impregnação ideológica** do conjunto da sociedade: agindo a nível superestrutural, a classe dominante articula vínculos sólidos com aqueles que explora, difundindo sua concepção do Estado e da sociedade pelas vias da filosofia, da religião ou mesmo por intermédio do “senso comum” que ela inocula, para tanto criando os instrumentos de difusão e aperfeiçoando o material ideológico (sistema escolar, bibliotecas intelectuais, **mass media**...).

A ideologia da classe dominante, com seus interesses, suas necessidades, permeia as massas da população e todas as suas instituições e preconceitos. Dessa forma mesmo sem o emprego da coerção pelo aparelho repressivo do Estado, a burguesia mantém sua dominação com o consentimento daqueles que domina e explora.

As idéias de Gramsci tiveram repercussão, pois sua tese de que a classe dominante prepondera não só pela força, mas também através do consentimento dos próprios dominados, coloca o poder repressivo do Estado no papel de mero **poder de reserva**, necessário para os momentos de crise, quando a influência hegemônica deixar de se exercer espontaneamente.

O pensamento gramsciano ia mais além: desde que o Estado (e portanto, a classe dominante) é protegido, nas sociedades capitalistas, por toda uma série de relações hegemônicas no interior destas, a ação revolucionária calcada no modelo russo — a tomada brusca do aparelho do Estado — não será eficaz para mudança do quadro social: a influência hegemônica prisca continuará como dantes.

Por isso, entendia Gramsci que a revolução só seria possível depois de preparar-se o proletariado mediante sua educação para a **contra-hegemonia**, a qual o libertaria da ideologia burguesa impregnada na sociedade; e fundar o novo tipo de Estado é papel do partido comunista, que revelará a

“verdade efetual” a exprimir-se numa ação política, e a sublimar-se numa ética nova.

Para alguns autores, o pensamento de Gramsci equivaleria a uma revisão do marxismo, ou mesmo, a uma espécie de neomarxismo pelo desligamento que entendia de considerar — principalmente por isso — entre a infra-estrutura econômica e a ideologia burguesa, autônoma e vivaz superestruturalmente⁽⁶⁾. Como quer que se encare, porém, o certo é que Gramsci deixou marcas indeléveis nas idéias permeadas nos quadros do PCI, desde Togliatti até Berlinguer: seu pensamento foi, assim, o gérmen do eurocomunismo na Itália.

No entanto, havemos de convir, Gramsci não foi exatamente um marxista-leninista: mas foi, apesar disso, um dos fundadores do Partido Comunista Italiano, que, dessa forma, teria sido engendrado no espírito de um programa para preparação da contra-hegemonia, com **objetivos finais** em nada discrepantes dos visados pela cátedra moscovita. E se os ritos, a interpretação dos cânones, são diferentes, o que se busca é o mesmo resultado: a demolição de nosso sistema ocidental.

5. Conquanto, em França, o PCF não tivesse uma tradição de características localistas como o PCI apresentava, dada a contribuição revisionista gramsciana, todavia, fazia algum tempo que a necessidade de ação sob estímulos nacionais já era sentida no partido. E Georges Marchais foi, sem dúvida, o principal pregoeiro disso.

De fato, o referido dirigente comunista havia desenvolvido largas considerações sobre esse tema em livro que — sob o título **Le Défi Démocratique** — publicara em 1973. Aqui, em múltiplas de suas passagens, o escritor apresentara considerações pertinentes à diversidade do socialismo conforme o país, ao socialismo democrático, e preconizara, sobretudo, um “socialisme à la française”.

Não se faz mister grande esforço para concluir que Marchais, desde então, estaria predisposto a acompanhar Berlinguer à Porta de Pantin, o que faria em 1976.

No mais interessante trecho de seu livro, com relação ao tema aqui tratado, o autor inicia um capítulo intitulado “Diversité du Socialisme” (pág. 177), onde escreveu:

“Há mais de dois mil anos, o filósofo grego Aristóteles já notava que não existe Casa com um grande C, mas casas particulares, diferentes umas das outras: somente por um esforço de abstração é que se pode falar da casa em geral, retendo aquilo que é comum a todas as casas.”

Prosseguindo, Marchais lançou esta afirmação bem definidora de sua posição:

“O socialismo não resulta da decalcomania. Ele possui traços diferentes na URSS e em Cuba, na República Democrática da Ale-

manha e na Coréia, na Rumânia e no Vietnã. Nem pode ser de outro modo: o socialismo, com efeito, não saiu preparado e completo da coxa de não se sabe qual Júpiter revolucionário. Ele é obra de homens, em determinadas condições. Como seria possível ignorar as diferenças de tradições, de climas, de recursos naturais, de modos de vida, de temperamentos nacionais?"

Em continuação, Marchais apresenta vários exemplos das diversidades de condições locais com que os partidos comunistas se defrontam, o que faz para ilustrar o antes enunciado.

Noutro capítulo, à pág. 180, o autor desenvolve o que pôs sob este título: "Um Socialismo com as cores da França". E começa assim:

"É partindo desta constatação de bom senso que nós dizemos: o socialismo que queremos entre nós terá as cores da França. Como há vinte e sete anos Maurice Thorez declarava ao Times:

"Nós temos sempre pensado e proclamado que o povo de França, rico de uma gloriosa tradição, ele próprio deverá achar o seu caminho para mais democracia, progresso e justiça social."

A França socialista que os franceses construirão, quando a maioria do nosso povo o decidir, inscrever-se-á na diretriz de nossa história. Ela não procurará, lá ou acolá, um modelo de socialismo, porque não existe tal modelo. Esse não será a cópia de nenhuma outra experiência, qualquer que ela seja, porque a história não se repete e cada Nação tem a sua personalidade original; ele será o coroamento dos esforços, obscuros ou ilustres, de todos aqueles que sofreram, pensaram, lutaram ao longo dos séculos pelo bem de nosso país."

Interessante, principalmente, é o prosseguimento desse capítulo, onde Marchais repudiou expressamente o modelo soviético inclusive o de sua revolução para a tomada do poder do Estado, quando escreveu:

"Bem entendido, em França como em qualquer outra sociedade socialista, os grandes meios de produção e de troca serão propriedade coletiva e o poder político será exercido pelos trabalhadores e por todo o povo. Mas, a partir daí, em tudo o mais, o socialismo de França apresentará traços completamente particulares. Por exemplo, empenhar-se no caminho das transformações econômicas e políticas decisivas não significa passar, forçosamente, pela tomada do Palácio de Inverno⁽⁶⁾. A França de hoje não é a Rússia de 1917. E graças, entre outros fatos, aos sucessos obtidos pelo povo soviético e por aquele dos outros países socialistas, mercê da união das forças da esquerda, sendo ela preservada, nós podemos, agora, considerar seriamente a possibilidade da passagem pacífica para o socialismo, pelo que nossa política se funda

nesta perspectiva. Por exemplo, as tradições de nosso país conduzem-nos a excluir a idéia de que o socialismo em França poderá traduzir-se no regime de partido único. Não somente haverá, numa França socialista, vários partidos democráticos associados ao poder, mas poderá igualmente haver partidos de oposição com exercício de todos os meios de atividade legal em plena liberdade. Por exemplo, nós de nenhum modo admitimos expropriar, coletivizar, as centenas de milhares de explorações familiares que fazem a riqueza da agricultura francesa. E se for de bom aviso favorecer o desenvolvimento da cooperação, isto é perfeitamente compatível com a preservação da propriedade e da responsabilidade pessoais num amplo setor. Por exemplo, seria absurdo, numa França socialista, nacionalizar esses pequenos comerciantes e esses artesãos que prestam os maiores serviços aos consumidores, mas que a concorrência do grande comércio capitalista tem hoje, dramaticamente, sob ameaça. Por exemplo, a concepção que temos da gestão democrática, hoje, mostra que a economia socialista conhecerá formas de autogestão novas e originais, em França.”

Finalmente, Marchais salienta que nessa perfeita e acabada profissão de fé democrática — sincera? isso é outra questão... — não se trata de “**detalhes**, de traços secundários do regime por nós querido para a França, mas que essas características específicas do socialismo em França, assim como outras, contribuirão para dar à nova sociedade em nosso país uma fisionomia que não pertence senão a ela”: e conclui — “Assurément! — La politique du Parti communiste français définit une voie française vers le socialisme et un socialisme à la française” (pág. 183 — da cit. ob.), enfatizando a afirmação com um verso de Aragon, o qual diz, “bebe-se com o copo que se tem...”

Não se pretenda, contudo, que o programa de Marchais possa ser increpado, pela matriz moscovita do comunismo, como um eco ou repercussão da heresia titoísta: para não deixar dúvidas (em que pese, inclusive, à pretendida economia autogestionária, dos pontos mais impugnados na programática iugoslava, e que o dirigente francês igualmente debuxou), o autor de *Le Défi Démocratique*, noutro trecho de seu livro definiria mais claramente sua fidelidade aos fundamentos dogmáticos do soviétismo. Assim, não obstante o “bleu, blanc, rouge” — as cores de França com que pretende envolver o comunismo de seu PCF — Marchais se proclama **orgulhoso de ser internacionalista**, conquanto esta seja uma “consciência internacional que faz com que o Partido Comunista defenda sem distinção de nacionalidade todas as vítimas da exploração dos capitalistas franceses; que acolha em suas fileiras, com os mesmos direitos, os trabalhadores emigrados ao lado dos trabalhadores franceses; que combata, como verdadeiros crimes, o racismo, o antisemitismo sob todas as suas formas” (pág. 211). E noutro capítulo, não menos cauteloso, Marchais volta a fazer declaração de respeito a Moscou, embora assinalando que “solidariedade não é subordinação”, sobretudo quando — há mais de um quarto de século — deixou de existir a Internacional Comunista: “os partidos comunistas são maiores... Não há

partidos comunistas **dominantes** e partidos **subordinados**, todos sendo iguais em direitos”...

6. Conquanto sem pretendermos aprofundamento deste juízo, temos a impressão de que Santiago Carrillo, dentre os próceres do eurocomunismo, será o mais bem dotado, em termos de vocação para a politologia, de toda a grei. Suas manifestações plurais, sobre temas que envolvem enunciação de pensamentos políticos bem alicerçados, fazem por merecer tal destaque: sobretudo, realça-se a criatividade de seus pensamentos.

Em seu livro — obra de 1977 — intitulado, na edição original e **princeps**, **Eurocomunismo y Estado**(⁷), Carrillo revela a força de sua inteligência, raro espírito crítico. Por tudo isso, e pelo seu conteúdo, pela agudeza das elucubrações que encerra, este livro nos lembra muito **O Estado e a Revolução**, de Lenine: por vezes, as meditações de Carrillo em relação com o leninismo, sobretudo, estão parelhas com as de Lenine sobre o marxismo, com o mesmo vigor e idêntica originalidade. Aliás, Carrillo não se limita às restrições que opõe ao pensamento de Lenine: ele chega a Marx...

Nessas circunstâncias, embora com diferente diapasão, o eurocomunismo se identifica com o titoísmo, enquanto ambos apresentam características de autênticas **heresias**, pela pretendida revisão de dogmas matrizes e não somente por envolver mera ruptura com um centro de comando, sem considerações sobre cânones, o que lhe daria feição de **cisma**.

Efetivamente, Santiago Carrillo desenvolve idéias tão dissidentes, de substância e de forma, que torna difícil não se situar nas lindes do titoísmo, ao menos com este se identificando, como heresias que acabam por ser, ambos.

De nossa parte não enxergamos, realmente, em que Carrillo se ache mais próximo de Marchais que de Tito, de Berlinguer antes que de Gramsci — este tido, talvez um pouco generosamente, como precursor do eurocomunismo, embora com certa propriedade já houvesse até recebido a qualificação de neomarxista. No concernente à influência que ele terá sofrido do movimento desencadeado pelo dirigente comunista da Iugoslávia, Santiago Carrillo admite-a, quando escreveu:

“A experiência iugoslava contribuiu já, anteriormente, para impulsionar as correntes de autonomia e de criatividade ideológica. Em 1948, muitos partidos comunistas, seguindo a tradição de apoio incondicional à URSS, referendada nesse caso pelo importante grupo de partidos que compunham o Kominform, seguimos como um rebanho a sentença condenatória do camarada Tito e dos outros dirigentes iugoslavos, e fomos tão longe na incondicionalidade que, quando Kruschew teve a coragem de desmontar publicamente a manobra, nos sentimos tão cruelmente enganados e indignamente manipulados, que isso acabou por destruir o que restava de mítico e quase religioso em nossa atitude em relação à URSS” (pág. 120, do livro referido).

A seguir, Carrillo passa a tecer comentário sobre a **autogestão**, uma das mais fortes razões que levaram à condenação, por proclamado **desvianismo**, de Tito. E escreveu:

“A autogestão tinha sido, talvez, no início, um achado ideológico de preferência defensivo, para fazer com que todo o povo participasse na responsabilidade da edificação e da defesa do socialismo iugoslavo, em face da guerra econômica e política dos países socialistas do Kominform; ao revelar, porém, as suas possibilidades, **patenteou-se como um componente importantíssimo da democracia econômica e política do socialismo**, que se fazia necessário estudar e incorporar, com o que tivesse de eficiente, à experiência de qualquer revolução socialista e que aparecia como uma autodefesa contra a centralização burocrática em uso” (id., ib.).

Entretanto, para o Partido Comunista da Espanha o fator culminante que o conduziu à “independência” (sic) de Moscou foi a ocupação da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia, em 1968:

“A Tchecoslováquia foi a gota de água que transbordou o copo e que levou nosso partido a dizer: não! Esse **internacionalismo acabou-se** para nós. Esse, precisamente, é o que temos chamado de o **velho internacionalismo** e que, estamos convencidos, deve terminar” (pág. 120).

Outro tópico de sua obra em que Carrillo evidencia radical divórcio com Moscou é quando assume virtual reabilitação de Trotsky: às páginas 106/108, o escritor de **Eurocomunismo...** comenta ter havido tempo em que de Trotsky e do trotskismo dizia-se que se teriam transformado em agentes do nazismo, e isso pelo impacto das “surpreendentes confissões” obtidas nos processos de Moscou, durante expurgos promovidos por Stalin. É que ninguém podia “imaginar o mecanismo infernal com que eram conseguidas” elas, o que só se veio a descobrir após as denúncias das atrocidades do **finado autócrata perante o XX Congresso do PCUS, em 1956**. E Santiago Carrillo refere fatos em abono de seu reconhecimento de que Trotsky e os trotskistas haveriam sido vítimas de ignominiosas perseguições.

Mas os desencontros do veterano chefe comunista espanhol com Moscou não se cingem a essas questões que, se são relevantes nos planos ético e psicológico, carecem de maior significação no plano da dogmática do comunismo: aqui, o impacto adquire relevo quando Carrillo trata da **ditadura do proletariado**.

“Quero começar — escreveu ele — por assentar a afirmação de que, **embora Marx e Engels só tenham utilizado em contadas ocasiões a expressão ditadura do proletariado**, não se pode compartilhar a opinião reformista dos que a atribuem a um acaso redacional, a uma fórmula fortuita sem grande transcendência, como se poderia deduzir do folheto de Kautsky, **A Ditadura do Proletariado**, no qual se fala ironicamente de **as palavrinhas ditadura do proletariado que Marx utilizara uma vez em 1875 numa carta (...)**. Pretender, como alguns fizeram — enfim o próprio

Kautsky entre eles — que Lenine aproveitou uma **palavrinha** para montar toda uma concepção é negar o pensamento de Marx e Engels” (pág. 129) (8).

Em seguida, depois de comentar por várias páginas o pensamento de Marx e de Engels sobre o Estado, Carrillo volta ao tema: “Por que o conceito ditadura do proletariado?” (pág. 136). E começa:

“Que fazemos, então, com o conceito **ditadura do proletariado**? Por que surge esse conceito que Marx na carta a Weydemeyer assinala como um de seus **descobrimientos** essenciais?”

Prosseguindo, Carrillo concorda, expressamente, com o valor que para Marx tinha a idéia de uma ditadura do proletariado a implantar-se após o esmagamento do Estado burguês. E escreveu:

“É depois da Comuna de Paris, que Marx e Engels falam de **ditadura do proletariado**, com base numa experiência concreta e, certamente, levando também em consideração a lição das revoluções burguesas nas quais esta classe implantou a sua ditadura e não vacilou em utilizar-se do terror. Aludindo à Comuna, escreve Engels algo que constitui em si uma definição da ditadura do proletariado.”

Passa, então, a transcrever trecho de certo artigo de Engels, onde o companheiro de Marx proclama que uma revolução se faz com armas, após o que o partido vitorioso tem de manter seu domínio pelo terror, “se não pretende ter lutado em vão”.

Continuando, Carrillo — depois de apresentar colocações de Marx sobre a necessidade de uma “ditadura revolucionária” como substitutiva da “ditadura da classe burguesa” — proclama que “os comunistas não renegamos esse legado teórico” (pág. 137), embora pouco antes houvesse escrito:

“Mas nos países desenvolvidos da Europa e do mundo capitalista, os trabalhadores constituem hoje a grande maioria da sociedade; e as forças da cultura, com sua grande significação ideológica e seu elevado peso numérico, se vão aproximando das posições da classe operária. É evidente que tal situação é muito diferente daquelas em que Marx, Engels e Lenine consideravam necessária a ditadura do proletariado.”

Também Lenine desenvolveu, sempre, largas considerações sobre a necessidade de uma ditadura do proletariado em pós do deslocamento da burguesia do trono estatal. Sobre isso, considerou Santiago Carrillo:

“Na Rússia de 1917, a opção não se coloca entre ditadura proletária e democracia: a opção situa-se entre o retorno a uma ditadura militar, autocrática, com um bestial banho de sangue que teria deixado em cueiros a repressão da Comuna pelos versalheses, ou a ditadura do proletariado. Quem possui a força não é a Assem-

bléia Constituinte, que os militares contra-revolucionários teriam dissolvido com tanta ou mais facilidade que os bolcheviques; a força, têm-na, por um lado, os soviets; por outro, os generais czaristas. Aí está a opção e há que escolher entre uns e outros” (pág. 138).

A situação, o dilema dos bolchevistas, em 1917, Carrillo compreende e, por isso, justifica o caminho seguido por eles, nas circunstâncias:

“Em compensação, estou convencido de que a ditadura do proletariado não é o caminho para chegar ao estabelecimento do socialismo e à consolidação da hegemonia das forças trabalhadoras nos países democráticos de capitalismo desenvolvido (...). Estou convicto de que, nestes países, o socialismo não é apenas, em definitivo, a ampliação e o desenvolvimento da democracia, a negação de toda concepção totalitária da sociedade, como também de que o caminho para chegar a ele é o da democracia com todas as conseqüências” (pág. 140).

E ousa muito mais:

“A esta altura, e com o risco de ser acusado de herege, estou convencido de que Lenine não tinha senão metade da razão quando proclamava: a transição do capitalismo ao comunismo não pode, naturalmente, deixar de proporcionar uma enorme abundância e diversidade de formas políticas, porém a essência delas todas será, necessariamente, uma: a **ditadura do proletariado**.”

Para continuar na página seguinte:

“Por conseguinte, considero lógico que os partidos comunistas e socialistas do Ocidente capitalista desenvolvido estabeleçam não só sua tática, mas também sua estratégia sobre a base do jogo democrático. E quando fazemos tal afirmação e renunciamos em nossos países à ditadura do proletariado, não somos o lobo que se cobre com pele de cordeiro para dissimular seus torvos propósitos, nem renunciamos ao marxismo revolucionário para nos alinharmos sobre posições social-democratas” (pág. 141).

Todavia, Carrillo não se limitaria a isso nas suas restrições ao plano da ditadura do proletariado, tão caro — repitamo-lo — ao marxismo-leninismo. Iria muito mais longe, na posição em que acreditava viria a ser irrogado de herege, quando escreveu que o Estado ideal por Lenine imaginado, depois de 50 anos de poder, transformou-se num “poderoso aparelho de Estado sobreposto à sociedade, que é tudo menos o **Estado barato** com que sonhava Lenine”; e passou a formular esta indagação crítica:

“Se todos os Estados são instrumentos de dominação de uma classe sobre outra e na URSS não há classes antagônicas, não existe objetivamente a necessidade de reprimir outras classes, então a quem domina esse Estado?” (pág. 143).

Esta é, portanto, a posição do dirigente comunista espanhol que, com seu carisma de velho lutador pela causa do PCE acabou por tornar-se seu **guru** incontestado, malgrado todo o empenho que tem feito Moscou para removê-lo⁽⁹⁾. Mas, como está claro nos seus pronunciamentos, se, oficialmente, Santiago Carrillo — que o PCE tem apoiado — é um dos membros da tripode do eurocomunismo, poucas dúvidas podem remanescer de que seu pensamento político aproxima-o muito mais da heresia titoísta que do cisma belinguerista. Aliás, tanto quanto já se disse de Gramsci, para nós a melhor qualificação de Carrillo implicaria em situá-lo num plano de neo-marxista.

7. Depois de termos assinalado nos artigos 4, 5 e 6, precedentes, o pensamento político das principais figuras do “eurocomunismo”, bem poderíamos avançar a afirmação de que esta fração do comunismo ocidental é, antes de tudo, uma colcha de retalhos ideológicos.

Em 1977, num artigo divulgado por **L'Express** — e o Caderno Especial do **Jornal do Brasil** reproduziu-o em 2 de outubro do mesmo ano — RAYMOND ARON teve ensejo de fazer um diagnóstico desse então recente movimento, e escrevia:

“O eurocomunismo se parece com o eurodólar: continua comunista mesmo quando se batiza, ou é batizado por outros de **euro**; da mesma forma, um eurodólar é simplesmente um dólar registrado nas contas de um banco estrangeiro em território americano, e particularmente na Europa, mas não exclusivamente. Aplicamos o termo eurocomunismo a todos os partidos comunistas que mantêm um relacionamento distanciado com a União Soviética, que reivindicam autonomia de pensamento e ação em relação ao Kremlin, mas nem todos os PCs da Europa pertencem a essa nova espécie de animal político.”

Em seguida, o politólogo, dizendo que os partidos da Itália, da França e da Espanha terão um papel histórico pelo inesgotável debate mantido sobre o tema, passa à análise da posição contemporânea de cada um. Quanto ao PC italiano, diz ARON representar ele, ao mesmo tempo, a Oposição e o Governo, aceitando os extravazamentos da esquerda, enquanto os estudantes revoltados, os militantes da guerrilha urbana, acusam-no de fazer parte do **establishment**: este PC foi o que mais rapidamente compreendeu o discurso de Krushev, proferido no Congresso do PCUS de 1956⁽¹⁰⁾, do qual resultou que — admitidos os crimes de Stalin — não mais seria possível ao Kremlin pretender uma infalibilidade papal ou, ao regime soviético arrogar-se a glória de oferecer à humanidade um modelo por copiar ou um caminho a seguir.

Com relação ao Partido francês, que à época estava em oposição ao Partido Socialista, esse se encontraria em risco de perder — o que, vimo-lo mais tarde, realmente aconteceria — a condição de **esquerda**, por excelência: no entanto, embora desde muito tempo Marchais não obedecesse mais aos **desejos** de Moscou, como Maurice Thorez o fazia quarenta anos antes,

a orientação do PCF em política exterior era próxima à da União Soviética, “senão mesmo, idêntica”: apesar disso, o Partido havia abandonado, expungindo-a de seu programa, a “ditadura do proletariado”, tão grata na auto-classificação do regime soviético (11).

E o Partido espanhol, que Santiago Carrillo se esforçava por tirar do gueto político, passou a defender a “união nacional”, ao mesmo tempo que seu dirigente, por obras e ações, não poupava críticas à União Soviética, a qual, em retorsão, tudo faz para aniquilá-lo.

Na antecipação do relevante papel histórico que haveria o eurocomunismo de representar no campo das formulações e das instituições políticas, tinha plena razão o excelente RAYMOND ARON. No entanto, ele não chegou a perceber, ou não teve elementos para a tal antecipar, que as correntes ideológicas somadas nos arraiais do chamado eurocomunismo estão muito distantes da uniformidade das suas colocações.

Pelo menos no que toca a Santiago Carrillo, ele é tão extremado nas críticas ao comunismo do Leste europeu, e até a muitas colocações temáticas do próprio Lenine, que, por isso, nos parece — e já o dissemos, precedentemente — mais um neomarxista do que um mero dissidente de Moscou e do PCUS no concernente à cadeia de comando político. Realmente, sob inspiração de seu dirigente mais categorizado, como Secretário-Geral, no Congresso realizado em abril de 1978, o PCE decidiu suprimir o termo “leninista” da caracterização do partido, que passou a ser definido simplesmente — ou paradoxalmente? — “marxista, democrático e revolucionário”: mas isso ainda não foi tudo, porque, em seguimento da linha já tomada pelo partido de Marchais, também se expungiu do programa o tema “ditadura do proletariado”, como incompatível com a via democrática de perseguição do poder.

Acreditamos que, talvez, nem mesmo Gramsci tenha ido tão longe nas críticas do marxismo-leninismo e na repulsa de alguns dos seus dogmas como o foi Carrillo, que, inclusive, jamais — desde que reassumiu a direção efetiva e ostensiva do PCE após a morte de Franco, o “caudilho” de Espanha — deixou de criticar, contundentemente, o sistema russo-soviético: neste concernente, sobretudo, o líder espanhol tem sido extremadamente acerbo, como o foi na entrevista em 4 de fevereiro de 1982 concedida ao jornal *France-Soir*, quando disse não considerar a URSS um país comunista, do mesmo modo que qualificava a Polônia, sob lei marcial, como tipicamente “fascista”. Nessa entrevista, Carrillo disse, ademais, que embora a União Soviética tenha eliminado o capitalismo e abolido a propriedade privada, isso, por si só, não significa instituição de um regime socialista, donde a razão do “abismo” entre o ideal socialista de seu PCE e a ideologia oficial de Moscou.

Dessa forma, com posições ideológico-doutrinárias tão díspares, como o são as adotadas pelos dirigentes partidários mais envolvidos nelas, é inadmissível considerar o eurocomunismo uma colocação coerente da problemática da revolução comunista nas sociedades desenvolvidas do Ocidente.

8. Poucas correntes de opinião ou ideológicas haverão provocado — algumas a terão alcançado? — tanta celeuma quanto a provocada pelo eurocomunismo. Para uns, ele será uma contestação do comando político dos partidos comunistas centrado em Moscou; corresponderá a mera impugnação de natureza hierárquica, do gênero do **cisma**, provocado no século XI pelo patriarca bizantino Miguel Cerulário, que rompeu com a sé romana, inaugurando a primeira divisão da Igreja cristã, e dando origem à Igreja ortodoxa. Isso não chegará a constituir uma **heresia**, pois esta corresponderá a impugnação de princípios sacralizados, tidos como equivalentes a genuínos dogmas, que seriam de fé, se o marxismo não reivindicasse a pretensão de categoria científica.

No entanto, muitos negam esse caráter gentil do eurocomunismo, e lhe atribuem características de ação planejada, visando a dissimular os partidos comunistas internacionais com a pele de cordeiro — chega-se a usar desta figura — de partidos nacionais, para, dessa forma, poderem penetrar no redil da democracia e, pela via do sufrágio universal e do convívio multipartidário, conquistar o Poder do Estado. Noutros termos, o eurocomunismo será um autêntico “cavalo de Tróia”, engendrado pelo comunismo marxista, de sua sé moscovita, para a conquista do Ocidente: depois que ele entrar na cidadela, bem, isso é outra história...

Muito se tem escrito sobre a natureza desse movimento político-ideológico, tanto sustentando sua natureza nacionalista quanto no sentido contrário. Evidentemente, os vexilários do eurocomunismo contemporâneo, Berlinguer, como Marchais, como Carrillo, e seus seguidores, querem sustentar terem rigorosamente posto seus partidos à sombra de suas bandeiras nacionais, chegando ao último a dizer que a vitória dos comunistas na Europa ocidental não aumentará o poder do Estado Soviético, nem significará a adoção de seu modelo político, “com apenas um partido”.

Alguns cientistas políticos, como CHARLES GATI, professor da Universidade de Colúmbia, em New York, vão até além: o eurocomunismo não é uma variante regional da doutrina comunista, nem um problema político exclusivo da Europa ocidental, como se evidenciou na Conferência dos Partidos Comunistas europeus, que em junho de 1976 reuniu-se em Berlim: nesse evento, os partidos **autonomistas** da Europa — oriental e ocidental — contrapuseram-se ao marxismo “oficial” de Moscou, tendo chegado a dominar a conferência. Esses partidos autonomistas teriam sido os da Itália, França, Espanha, Iugoslávia, România e outros. Segundo GATI, uma boa medida da importância do fenômeno eurocomunista é o fato de que o movimento apresenta uma alternativa para o modelo soviético, por demais autoritário no comunismo mundial, especialmente na Europa do leste. Acrescentou, ademais, o professor de Colúmbia que, depois do congresso de Berlim pode ser observada uma tendência nas relações internacionais do movimento comunista: a possível exportação do Ocidente para o Oriente, do que se conhece por eurocomunismo, correspondendo a uma virada na influência e na iniciativa dentro do mundo comunista; e isso corresponderá a uma ação reversa do que até então acontecia — a insistência eficiente com que os soviéticos subordinavam a si próprios os partidos comunistas estrangeiros. O trabalho de CHARLES GATI, que o “Caderno Especial” —

J.B. publicou, em condensação de artigo escrito para a publicação americana **Foreign Affairs**, encerra-se com esta observação:

“Considerando-se que os regimes autoritários raramente percebem **quando** devem adaptar-se às condições em transformação e **como** proceder a essas adaptações, a introdução de idéias eurocomunistas pode ter um efeito muito mais desestabilizador sobre a Europa oriental do que sobre os sistemas políticos relativamente flexíveis da Europa ocidental. Na verdade, a principal questão da Europa ocidental não é como absorver as idéias eurocomunistas, mas como manter suficiente oposição interna e externa a suas ambições residuais de hegemonia política. Para a URSS e seus aliados da Europa oriental, por outro lado, o fenômeno eurocomunista significa uma virada no fluxo de influência e iniciativa no movimento comunista, desafiando a própria legitimidade de seu domínio e apresentando a perspectiva de uma europeização do Comunismo mundial.”

Está certo o registro de GATI, e os recentes acontecimentos da Polônia, com o surgimento de séria crise resultante da formação do sindicato “Solidariedade” — antes um movimento nacional que uma agremiação trabalhista — bem o ilustra: mas, em casos dessa ordem, lá estão as forças armadas do Pacto de Varsóvia para velar que os “aliados” não desgarrem do sistema soviético, nem se descaracterizem da identidade com o regime modelado pelo PCUS...

Mas, e no Ocidente? — o que ocorrerá se um partido comunista obtiver a conquista do Poder através do sufrágio universal?... aquiescerá ele em, no tempo seguinte, aceitar a alternância de partidos no Governo, em razão da competição democrática?

Essa é a questão principal, que coloca a maior dúvida: o eurocomunismo não será, realmente, um “cavalo de Tróia”? Sobretudo quando se sabe, e isso foi lapidarmente dito por JEAN-FRANÇOIS REVEL, quando escreveu: “**Desrussificação não é democratização**. Os PCs da Iugoslávia, China e Albânia (que se afastaram do controle soviético) mantiveram e até mesmo agravaram o sistema totalitário”.

Vejamos, então, as colocações de REVEL para esse questionamento, através de suas extraordinariamente lúcidas análises do tema.

9. CHARLES GATI, cujas observações sobre o eurocomunismo acabamos de referir, é americano. Ele não exprime sérias dúvidas quanto às dramáticas conseqüências — para a permanência do sistema democrático do Ocidente — que adviriam de uma conquista do Poder por qualquer dos PCs que apregoam sua mercadoria ideológica através de Berlinguer, Marchais ou Carrillo.

Todavia, REVEL exprime sérias dúvidas.

Num excelente estudo, que publicou em **Foreign Affairs** e o “Caderno Especial” — J.B. reproduziu na edição de 2 de abril de 1978 — sob o título “Os Mitos do Eurocomunismo” — o cientista político francês, ex-diretor da grande revista que é **L’Express**, começa por assinalar um “paradoxo”:

enquanto o eurocomunismo foi acolhido com “ceticismo” na Europa, ele mereceu “extraordinário sucesso” entre os americanos. E escreveu:

“A pouca confiança européia na solidez do eurocomunismo tornou-se evidente a partir do momento em que surgiram as primeiras rachaduras da União da Esquerda francesa, em setembro de 1977. A explicação que veio imediatamente ao espírito dos analistas socialistas, quando perceberam o incompreensível endurecimento do PCF, foi a influência de Moscou. As mesmas pessoas que há cinco anos afirmavam que o comunismo francês se afastava completamente do comunismo soviético passaram, de um dia para outro, a ver o dedo do Kremlin na crise da esquerda. O conhecido jornal parisiense **Le Monde**, durante anos um ardoroso defensor da teoria de independência do PCF da URSS, publicou em rápida sucessão dois artigos — **O PCF e o Internacionalismo Proletário e A Mão de Moscou** — nos quais atribuía a mudança no curso seguido pelos comunistas franceses a Leonid Brejnev.”

Para REVEL, não conduz a nenhuma conclusão válida sobre bons propósitos dos eurocomunistas da Europa a impressão de contactos pessoais, com eles mantidos, ou mesmo a leitura de seus escritos: todos esses partidos continuam estalinistas, embora isto há mais de vinte anos já tenha terminado na URSS. Os PCs ocidentais permanecem organizados pelo esquema do que denominam “centralismo democrático”, isto é, tendo um **Politburo** recrutado através de cooptação que nomeia e controla de cima para baixo os membros do Comitê Central e as Secretarias da federação, as seções e, finalmente, as células, e, conseqüentemente, todos os delegados aos congressos: “na verdade, esta estrutura adere estritamente — e sempre o fez — à organização estalinista-leninista do PC. Transforma as deliberações das bases em discussões **pro forma**, inteiramente pré-fabricadas pelo Politburo. Isto resulta no **voto unânime**, ritual, dos Comitês Centrais dos partidos: os PCs italiano e francês nunca deixaram de funcionar segundo este esquema”.

Todavia, se querará saber: quais garantias assegurarão que o PC eurocomunista aceitará o jogo democrático da alternância de partidos nos Governos democráticos? — Para o escritor de “Ni Marx ni Jésus” — festejada obra onde REVEL sustentou que “se pode ir da liberdade ao socialismo, mas não do socialismo à liberdade” conforme experiência de um século de história — até agora as táticas comunistas sempre têm sido reversíveis:

“A **linha** de um PC não significa uma mudança profunda na política, enquanto puder ser modificada a qualquer tempo. Vimos na França, em setembro passado (1977: a ruptura da União da Esquerda, avençada com um programa político comum, estabelecido com o Partido Socialista de Mitterrand), como o inesperado endurecimento do PC pôde, subitamente, alterar uma política seguida durante anos, desmentindo assim as previsões dos que consideravam a mudança ocorrida no PCF.”

A reafirmar a ausência de garantias de fidelidade a uma linha democrática; a reafirmar que o seguimento, até o fim, da obediência às regras

da democracia não é seguro, enfatizou Revel com o fato de Marchais e Berlinguer — mesmo enquanto sustentam endosso formal à autonomia de seus partidos em frente de Moscou — sempre incluírem, nos órgãos dirigentes desses, elementos chegados à liderança soviética, prontos a substituí-los em caso de necessidade, aplicando-se o mesmo esquema às centrais sindicais comunistas, como a CGT de França... (12).

Outros fatos que implicam na falta de idoneidade dos PCs do eurocomunismo para suas juras à democracia: sustenta JEAN-FRANÇOIS REVEL que os líderes comunistas têm mentido muito mais do que quaisquer outros desde o começo da política, e até mais do que Hitler, o qual anunciara antecipadamente suas intenções, ao escrever *Mein Kampf*, tendo-as seguido; por outro lado, existem fundadas razões para descrever que esses PCs sejam efetivamente independentes de Moscou. Sobre isso o que REVEL informa chega a estuporar, tanto por circunstâncias históricas quanto financeiras: realmente, no plano histórico do movimento comunista, sabe-se, por exemplo, que entre 1956 e 1964 o PCF foi constantemente hostil a Kruschev e tramou com o grupo Molotov, de estalinistas supérstites do XX Congresso do PCUS de 1956 (quando se iniciou enérgico processo de desestalinização); enquanto isso, os italianos do PCI, que discordavam, antes, de Moscou, apoiaram vigorosamente Kruschev, e embora este houvesse sido removido, o partido italiano “é agora, de longe — assegura REVEL — o PC ocidental que mantém as melhores relações com Moscou”, tanto que o jornal oficial moscovita, *Pravda*, “não perde uma ocasião para elogiar Berlinguer, embora este devesse, pela lógica, ser o líder mais detestado, por ter, supostamente, lançado a onda do eurocomunismo”.

Ainda com relação ao tema da falta de credibilidade dos comunistas, o octogenário militante e estadista socialista de França, JULES MOCH, lembrava em alentada obra sobre *Socialisme de l'Ère Atomique*, de 1974 — a propósito dos esforços do PCF para formar aliança com os socialistas de Mitterrand —, que de 1945 a 1948 os comunistas do Leste europeu tomaram o Poder em sete Estados, geralmente precedendo isso de alianças com partidos socialistas ou camponeses, aos quais em seguida expulsariam do Governo, para instaurar sua ditadura (ob. cit., pág. 414).

No entanto, o que realmente parece vincular mais os PCs do Ocidente aos interesses da matriz do Leste europeu são os de ordem financeira.

Segundo, ainda, REVEL, atualmente as relações financeiras entre o Kremlin e os partidos comunistas exteriores não consistem mais em pagamentos diretos, como antes acontecia: faça-se exceção para os partidos pequenos, como os da Dinamarca, da Holanda, da Noruega etc. Na Itália e na França, as relações financeiras tomam a forma de comissões, pagas a empresas de exportação e importação que, embora formal e juridicamente não-relacionadas com os PCs, são, na realidade, propriedade de *testas-de-ferro*. Na França, a mais famosa dessas empresas é a “Interagra”, dirigida — o qualificativo é do próprio REVEL — pelo “bilionário comunista” Jean Baptiste Doumeng, a qual detém monopólio do comércio francês de vinho, carne, cereais e manteiga com o Leste: nenhum produtor francês

ou italiano, que algo pretenda vender nos países da área de sujeição à URSS, conseguirá tal se não recorrer a um desses intermediários.

Semelhante relacionamento de natureza política e comercial é o que explica, principalmente, a riqueza dos PCs francês e italiano, que, de modo paradoxal, são os partidos mais abundantes de recursos, nos seus países, e, tanto, embora as contribuições dos militantes inscritos estejam longe de explicar essa riqueza, pois eles são 500.000 na França e 1 milhão na Itália.

E, agora, outra vez observação de JEAN-FRANÇOIS REVEL:

“Conseqüentemente, é óbvio que, se a URSS considerasse os eurocomunistas seus inimigos, poria fim a esta apreciável fonte de lucros. Da mesma forma, os PCs ocidentais não se podem permitir o luxo de romper completamente, com os soviéticos, mesmo quando sentem dificuldades em tolerá-los... sem chegar ao divórcio.”

É perfeitamente compreensível que uma denúncia da gravidade da que aqui vimos resumindo não poderia ficar sem a reação do Partido Comunista. Daí os insultos assacados por Marchais a Revel, que por isso viria a merecer a solidariedade da imprensa de Paris. Neste caso, *L'Aurore*, *Minute*, *L'Express* entrariam na polêmica com os comunistas, tendo chegado, inclusive, a publicar trechos de rumorosa obra — **Os segredos do Banco Soviético na França** —, da autoria do jornalista Jean Montaldo, sobre o financiamento do Partido Comunista de França pelo Banco Comercial da Europa do Norte (BCEN), controlado pela União Soviética (sobre esta questão veja-se a reportagem que Any Bourrier fez para *O Globo*, do Rio, que a publicou na edição de 23 de fevereiro de 1979, sob o título “Ouro de Moscou para financiar o PC da França causa polêmica”).

Por toda essa maciça e irrespondível argumentação de REVEL — e, em seguida, de Montaldo — uma conclusão lógica, e uma só, somos forçados a aceitar (e ela é a dos escritores franceses): nada leva a admitir que “partidos comunistas” — mesmo que postos sob cores nacionais — admitam até suas últimas conseqüências a livre competição da partitocracia democrática, sobretudo quando seu objetivo programático tem sido sempre, e desde Gramsci, o controle ideológico da sociedade.

Nem na França, e também não na Itália, a imprensa comunista demonstra tolerância sequer com os seus próprios dissidentes; e nos seus órgãos deliberativos internos o que se decide é resultado de decisões sem discrepâncias, o que vale dizer em votações unânimes.

Como acreditar, portanto, que renunciariam a esses procedimentos, uma vez situados nas alcândoras da soberania estatal?

Dessa forma, chegamos ao ponto em que se torna despicienda a indagação: os eurocomunistas estarão agindo dissimuladamente, com reserva mental, quando divulgam um programa de ação que no futuro, seguras as rédeas do governo, repudiarão, para desmascarar suas baterias totalitárias.

rias; ou o eurocomunismo foi arma diabólica, fabricada em Moscou e posta no interior das democracias ocidentais, para amanhã demoli-las?

De nossa parte acreditamos na sinceridade de propósito de dirigentes como Berlinguer, Marchais e Carrillo; do mesmo modo que, ontem, Gramsci e Togliatti, sobretudo o primeiro com seu revisionismo do marxismo, já teriam sido precursores do eurocomunismo e haveriam honestamente divulgado seus objetivos políticos, aqueles nos quais discerniam o caminho para a concretização da revolução social.

Recusamos apóstrofes como as de ANGEL GARCIA, para quem o eurocomunismo será — antes que um “festival democrático”, como se apregoa — um “carnaval sinistro”, “doutrina com ranço de luta de classes e revoluções do proletariado, da mais pura ortodoxia, marxista, que nos vem servida, agora, envolta no celofane acético do eurocomunismo” (no seu livro **El Eurocomunismo**, pág. 39): e nos vem, pretende o pensador católico de velha cepa clerical e franquista, apresentado fraudulentamente, a modos de estelionato político.

Acontece que os eurocomunistas têm seu programa claramente exposto: na linha do marxismo, pretendem destruir as estruturas sociais postas nos termos ideológicos inculcados pela burguesia; no rumo do que caberá chamar-se de gramscismo, querem implantar a reforma social em dois tempos, dos quais será primeiro a tomada de controle do Estado para, com este e utilizando forças culturais, remover os preconceitos superestruturais lançados pela classe burguesa, substituindo-os pelos elementos de inspiração proletária; e só no segundo tempo é que se implantará o programa comunista, em plenitude. Prescinde-se da ditadura do proletariado e se aceita a via democrática de chegamento ao Governo. Claro está que a etapa final há de ser implantação do “comunismo”, cujo ideário é por demais conhecido, e é inconfundível com a ideologia do Estado ocidental.

Efetivamente, o eurocomunismo é um “cavalo de Tróia” introduzido na cidadela da democracia do Ocidente: todavia, não é um **presente de grego**, porque foi recebido com todas as explicações sobre sua natureza...

NOTAS

- 1) Obra que foi editada, em trad. brasileira, pela Universidade de Brasília, em 1980: sobre a transcrição, ver pág. 214.
- 2) No livro **L'Eurocomunismo**, ed. Rizzoli de Milão, publicada em 1977, com introdução do prestigioso historiador do socialismo, LEO VALIANI.

A propósito do lançamento desse nome composto “Euro”-comunismo, dizem esses autores que — com o efeito de pedra lançada num açude — ele produziria ondas de difusão: eurocapitalismo, do qual é teórico Gianni Agnelli, presidente da Fiat; eurodireita, usado pelo ultramontano dirigente da democracia-cristã da Alemanha ocidental, Franz Joseph Strauss; euromissão, empregado pelo Ministro do Exterior italiano, Arnaldo Forlani, num congresso havido em Bonn; euroconfronto, de Valerio Zanone, secretário

dos liberais; eurocrise, do economista Modigliani. Enfim, comentou certo escritor, "uma **eurofloresta** de etiquetas, todas apreciadas, porém pobres de conteúdo".

- 3) Tais dados nós os tomamos de Sforza e Nassi, os quais, outro tanto, informam ser "eurocomunismo" um neologismo que não agrada a Enrico Berlinguer; este parece preferir outras expressões, como "via européia do socialismo", por exemplo (ob cit., pág. 18). A propósito, ainda, da primazia no lançamento do nome eurocomunismo, não será despidendo referir que Frane Barbieri, jornalista croata radicado na Itália, reivindica a sua criação: sustenta ele que lançou tal nome sob a impressão das correntes de opiniões conflitantes surgidas entre os delegados estrangeiros ao XIV Congresso do Partido Comunista Italiano, em março de 1975, numa entrevista publicada no **Giornale**, órgão liberal e democrata (em **Eurocomunismo — História, Geografia e Ideologia**, de Manfred Steinküller, pub. no Caderno Especial do **Jornal do Brasil**, em 15 de maio de 1977).
- 4) Este livro, que conhecemos em edição francesa — **Cahiers de Prison**, ed. Gallimard, Paris, 1974 —, talvez seja a principal obra de excogitação política de Gramsci. Acreditamos que, dada sua condição de condenado político do fascismo, as primeiras edições dessa obra (em italiano **Cuaderni del Carcere**) terão sido realmente publicadas fora da Itália.
- 5) Este é o ponto de vista de FREDERICK M. WATKINS e ISAAC KRAMNICK, em seu livro **A Idade da Ideologia**, onde sustentam que o registro de Gramsci, segundo o qual — na sociedade capitalista — a classe dominante impera pela força, mas, também, através do consentimento dos dominados, isso corresponderá a uma "revisão" do próprio Marx (pág. 99). De fato, conforme até Togliatti reconheceu, "no pensamento de Gramsci a estrutura econômica, antes de tudo, não é considerada como aquela oculta força misteriosa da qual deveria derivar todo o desenvolvimento das situações. É considerada como uma esfera onde atuam forças naturais, porém, também, forças humanas, sobre a qual se exerce, ademais, uma incidência das superestruturas (...). Encontramo-nos aqui em frente da afirmação — continuava Togliatti — que está no centro de todo o pensamento de Gramsci, da historicidade absoluta da realidade social e política" (apud Berlinguer, **La Cuestión Comunista**, cit., pág. 27).

Basta, a nosso ver, tal interpretação da concepção historicista de Gramsci onde as forças humanas interferem, incidindo nas superestruturas, para concluir-se que aqui, o gramscismo desliza para o idealismo e se distancia do materialismo marxista.

No entanto, quem melhor sintetizou o pensamento evidentemente neomarxista de Gramsci e ninguém, certamente, poderá fazê-lo com mais felicidade, foi o professor romano Augusto Noce, em seu estudo crítico de 1976 — nas primeiras horas do movimento intitulado **L'Eurocomunismo e l'Italia**. Assim resumiu, esse autor, as principais posições gramscianas contrapostas a Marx e a Lenine: "Para Marx, **sociedade civil** designa o conjunto de relações econômicas e virtualmente identifica o que se chama de **estrutura**. Para Gramsci, ao contrário, pode-se falar de uma autonomia e de um primado do que na linguagem marxista é chamado de **superestrutura**: sociedade civil é designada como o conjunto de relações culturais. As consequências políticas que daí advêm são enormes. Se, para Lenine, entretanto fiel à concepção marxiana da sociedade civil, o primeiro objetivo (da revolução) continua sendo a conquista do Estado, para Gramsci, ao revés, é o da sociedade civil, considerada esta num sentido propriamente ideal e cultural. O Estado acabará — afinal — sendo conquistado, depois que a dissolução da anterior concepção do mundo (a transcendente, a **católica**) haja acontecido, na sociedade civil, por obra dos intelectuais, aos quais incumbe levar as massas a viver a nova concepção, imanentista, mundana, leiga" (pág. 46).

- 6) Georges Marchais, aqui, refere-se a um dos episódios do golpe bolchevista de 25/26 de outubro de 1917, que foi a tomada do Palácio de Inverno de Petrogrado: nele tinha sede o Governo de Kerensky, e sua defesa estava a cargo de "junkers", ou seja, de alunos das escolas militares. A rendição dos membros do Governo Provi-

sório da Rússia — embora Kerensky estivesse ausente, procurando elementos militares que o apoiassem — pôs fim à dominação nominal da social-democracia e abriu o ciclo dos Soviéticos: era a manhã de 26 de outubro de 1917.

O calendário oficial soviético, no entanto, registra seu início como tendo ocorrido no dia 25 de outubro, pois foi nessa data, à tarde, que Lenine e Trotsky se apresentaram perante o Soviete, no Palácio Smolny, para anunciar o fim do Governo Provisório de Kerensky.

- 7) Apesar de esforços não nos foi possível obter exemplar dessa edição: apenas temos a tradução brasileira da edição DIFEL, de 1978, que passamos a consultar e referir.
- 8) Realmente, esse tema — "ditadura do proletariado" — tem no pensamento de Marx, de Engels e de Lenine o maior relevo, como o tem para a catedral moscovita. Quem aprofundar o estudo da doutrina que se irradia do Kremlin e do PCUS encontrará nos textos a exaltação de tal ditadura, com a qual os dirigentes soviéticos, apesar da desestalinização, procuram justificar os exorbitantes poderes que detêm e institucionalizar sua autocracia.

Assim é que, num livro adotado pelo Ministério do Ensino Superior e Médio Especializado da URSS "para os estudantes do Ensino Superior" — **Teoria Geral Marxista-Leninista do Estado e do Direito**, da autoria de N. G. ALEXANDROV — no Cap. I, da 1ª Parte, onde se trata de "A Teoria Geral Marxista-Leninista do Estado e do Direito, o seu Objeto e Método" (págs. 15/43 do 1º vol.), amplas considerações são feitas sobre a essencialidade da ditadura do proletariado, a qual foi, por Lenine, e "reiteradamente", apontada como "o principal no marxismo", tanto que, para ele, "só é marxista aquele que entende o reconhecimento da luta de classes até ao reconhecimento da ditadura do proletariado" (pág. 35).

Em continuação, após referir que na famosa carta dirigida a Weydemeyer, em 1852, Marx "formulou uma tese clássica, revelando o conceito de ditadura do proletariado e o seu significado histórico", o autor diz que "nessa carta, o próprio Marx confirma que mais importante da sua doutrina é a ditadura do proletariado, e que a missão dessa ditadura é a liquidação de todas as classes, seja qual for o seu tipo" (pág. 39).

Será ocioso dizer mais, para demonstrar que, pelo pensamento oficial soviético, a ditadura do proletariado se constitui num instrumento indisponível para a efetivação do comunismo, e não importa que país. Por isso, as iterativas e prolixas menções a Marx e Lenine que são citados pela necessidade de atribuir certa dose de sacralidade à teoria da ditadura do proletariado.

Nessas condições, impugnar a inclusão dessa nos programas dos PCs do Ocidente, nos termos em que o fez Carrillo, tem, indubitavelmente, e pelo menos, **fumus** de heresia. Este autor não se limitou, como o fez Marchais com o PCF, a simplesmente elidir a ditadura do proletariado do programa do PCE: ele minimizou sua significação, em trabalho doutrinário e atacou a noção de sua essencialidade no procedimento revolucionário.

- 9) Inquestionavelmente, Santiago Carrillo tem incomodado Moscou pela sua pregação neomarxista, sobretudo com seu livro **Eurocomunismo y Estado**. Tanto assim é que, logo após a publicação da obra, a revista soviética **Tempos Novos** — uma cópia gráfica da revista americana **Time**, e semanário editado em várias línguas — publicou longuíssimo artigo não assinado, sob o título "Por motivo do livro do Secretário-Geral do Partido Comunista da Espanha, Santiago Carrillo" (edição de 23 de junho de 1977): e distribuiu-o pelo mundo, através da oficiosa agência de notícias "Novosty".

Nesse comentário crítico do pensamento que o autor desenvolve no livro, o menos que se diz é que "o conceito de **eurocomunismo** nos parece incorreto porque dá base a supor-se que se trata não de peculiaridade da estratégia dos partidos comunistas de alguns países (...) mas de um **comunismo específico**", discrepante, por isso, do "comunismo científico" de Marx, Engels e Lenine, ao mesmo tempo

em que se caracteriza como um movimento oportunista, grosselramente anti-soviético, e "abjuração do Marxismo-Leninismo". O artigo de **Tempos Novos** foi divulgado no Brasil, integralmente, pelo Caderno Especial — JB, em edição de 3 de julho de 1977.

Imediatamente, o Comitê Central do PCE repeliu as críticas irrogadas a Carrillo, em moção aprovada à unanimidade, e da iniciativa da Presidente de Honra do partido, a famosa Dolores Ibarruri, "La Passionaria", como ficou conhecida na guerra civil espanhola de 1936/1939.

Não obstante isso, Moscou tem felto manobras para abalar ou destruir a autoridade que Santiago Carrillo detém no PCE, entre elas através de um herói comunista, Henrique Lister, que tem patente de General conferida pelos Exércitos da Espanha republicana, em 1937, e da União Soviética, da Polônia, bem como da Iugoslávia. E ainda no interior da própria Espanha, na Catalunha, principalmente, a URSS tem estimulado o alinhamento de seções comunistas regionais com a linha partidária moscovita.

Contudo, apesar disso, Carrillo permanece imoto em sua liderança nacional...

- 10) Referência feita ao famoso discurso de Nikita Krushev em sessão secreta do XX Congresso do PCUS, do dia 25 de fevereiro de 1956, quando denunciou todas as ignomínias de Stalin no tempo em que alimentou o culto de sua personalidade e acumulou em seus poderes o comando ditatorial da Rússia e do Partido.
- 11) A renúncia à luta pela "ditadura do proletariado" foi um expediente político usado pelo PCF para diminuir o impacto da ascensão do Partido Socialista, em 1977, com detrimto dos comunistas. Nessas condições, Marchais teve — como já o vinha fazendo desde os primeiros passos da evolução para o eurocomunismo — de renunciar a muitas proposições maximalistas. E só assim foi possível ao PCF, mesmo sem coalisão do seu programa com o do PS, vir a dispor de postos governamentais sob o governo do Presidente Mitterrand.

Como se sabe, desde o fim da II Guerra Mundial, desde 1947, sobretudo, quando De Gaulle demitiu os ministros comunistas de seu governo, até 1965, o PCF foi ortodoxo, duro e maximalista: a partir deste ano, enquanto sob a direção de Waldeck-Rochet e, em seguida, sob Marchais, seus líderes têm seguido linha moderada, de teor nacionalista até chegar ao eurocomunismo.

Correspondem à cautela do PCF, na fixação de seus postulados programáticos, os esforços do PCI, no sentido de se alçar ao governo, em associação com a Democracia Cristã, a título de estabelecimento de um "compromisso histórico", igualmente com a renúncia, de sua parte, a postulados maximalistas, o que vale dizer bolchevistas, e ultramontanos.

- 12) A propósito disso — merece confiança a palavra dos eurocomunistas? serão eles sinceros e haverá segurança de que, no Poder, não subverterão as instituições? — um socialista de alto coturno, no plano cultural, deve merecer audiência: e ninguém melhor para tal que MAURICE DUVERGER, o qual, em sua *Lettre Ouverte aux Socialistes*, escreveu: em todos os campos políticos, inclusive entre eleitores de Mitterrand, são numerosos os "obcecados" pelo acontecido em Praga, na Tchecoslováquia, onde os comunistas deram um "golpe", em 1948, para alijar do governo de Frente Popular — que eles integravam com elementos democratas — todos os não-comunistas, a fim de assumirem o domínio monopolista do Estado. Muitas outras pessoas — acrescenta DUVERGER — até confundem 1948 com 1968, ano em que as tropas do Pacto de Varsóvia invadiram a Tchecoslováquia, simplesmente para afogar anseios de liberalização do regime comunista. De sua parte, ainda é o autor da "Carta Aberta" que escreve, "freqüentemente lhe propõem a "questão crucial": E você, tem confiança na palavra dos comunistas, você...? — A resposta é não. Mas também não acredito na palavra de ninguém, salvo na de alguns amigos, muito poucos. As estratégias políticas não são apreciadas em termos de lealdade, em termos de boa fé. Elas são apreciadas em termos de relações de forças. Pode acontecer que a lealdade e a boa fé sejam dadas por acréscimo" (pág. 21).